SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS **11**

INTRODUÇÃO **13**

1 – FINALIDADE DO DIREITO: SEGURANÇA JURÍDICA OU JUSTIÇA? **17**

1.1 O que é o direito? 17

1.2 Direito e justiça 18

1.3 Direito e segurança jurídica 21

1.4 Natureza jurídica da justiça e da segurança jurídica 23

1.4.1 Valores, princípios e regras 23

1.4.2 Segurança jurídica e justiça: valores, princípios ou regras? 26

1.5 O Direito na atualidade: o "neoconstitucionalismo". 27

1.6 Jusnaturalismo, positivismo e pós-positivismo: evolução do suposto embate entre segurança jurídica e justiça 29

1.7 Direito: necessário vínculo entre justiça e segurança jurídica 33

2 – JURISDIÇÃO: ATIVIDADE TAMBÉM CRIADORA DO DIREITO **37**

3 – SEGURANÇA JURÍDICA E JUSTIÇA NO DIREITO BRASILEIRO **45**

3.1 Referência constitucional 45

3.2 Segurança jurídica e seus princípios e regras instrumentalizadores 47

3.3 Princípio da proteção à confiança 48

3.4 Coisa julgada e o princípio de sua intangibilidade 51

3.4.1 Conceito e fundamentos da coisa julgada 51

3.4.2 Amplitude da proteção constitucional à coisa julgada 57

3.4.3 Objeto da coisa julgada e questão constitucional. 62

3.4.4 Limites subjetivos da coisa julgada 63

4 – CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE **65**

4.1 Constituição 65

4.2 Sistemas de controle de constitucionalidade 67

4.3 Controle de constitucionalidade no Brasil 69

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

5 – COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL 75

5.1 Nomenclatura 75

5.2 Formas de afronta de uma decisão judicial à Constituição. 76

5.3 Efeitos da decisão judicial inconstitucional 79

5.4 Há sentença transitada em julgado inconstitucional? 85

6 – "RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA" 89

6.1 Conceito e possibilidades 89

6.2 Casos mais lembrados para a legitimação da chamada "relativização da coisa julgada" 97

6.3 Meios de se "relativizar a coisa julgada" 103

6.3.1 Ação anulatória ou declaratória de inexistência e ação civil pública. 104

6.3.2 Revisão por Corte Internacional 111

6.3.3 Mandado de segurança 116

6.3.4 *Habeas corpus* 117

6.3.5 Arguição de descumprimento de preceito fundamental 120

6.3.6 Reclamação perante o conselho nacional de justiça 129

7 – IMPUGNAÇÃO DO TÍTULO JUDICIAL POR INEXIGIBILIDADE 141

7.1 Origem dos dispositivos legais 141

7.2 Alcance dos dispositivos legais 144

7.2.1 Títulos judiciais aos quais se aplicam os dispositivos. 145

7.2.2 Necessidade de prévia declaração de inconstitucionalidade pelo STF 152

7.2.3 Significado da referência à "*aplicação ou interpretação da lei ou ato normativo tidas pelo STF como incompatíveis com a CR/88*" constante dos dispositivos legais. 154

7.2.4 Necessidade de decisão do STF em controle concentrado de constitucionalidade 157

7.2.5 Atuação no plano da eficácia 166

7.2.6 Termo final para a formação do precedente do STF 170

7.2.7 Inaplicação às coisas julgadas já formadas antes de suas vigências 173

7.2.8 Impossibilidade, em regra, do uso de outros meios para atacar a coisa julgada que não os dispositivos em tela (durante a execução ou fase de cumprimento) 176

CONCLUSÕES 183

REFERÊNCIAS 189

ÍNDICE ALFABÉTICO 197

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br